



**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**

**REDEÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DA CIDADE A  
PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL.**

**TARCIANO BENTO FLORENCIO**

**ACARAPE  
MÊS /2018**

## **Resumo**

Todo o processo histórico ocorrido dentro de uma sociedade, deixa marcas e bens que constituem um acervo patrimonial que passa a fazer parte de uma identidade local. Trazendo para dentro de um contexto local, que possui uma contribuição importante para o processo abolicionista no país, a cidade de Redenção/CE foi pioneira em abolir seus escravos, processo ocorrido que deixou marcas históricas para a sociedade local, características, artefatos e construções da época que atualmente ajudam na construção de uma memória municipal, daí a necessidade de preservação dos bens patrimoniais e a reconstrução da memória histórica local por meio de ações do poder público junto à população.

**Palavras-chave:** Redenção, Abolição da Escravatura, Patrimônio Histórico, Preservação.

## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>04</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>07</b>
<b>3. PROBLEMATIZAÇÕES .....</b>	<b>08</b>
<b>4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>12</b>
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho vem com o objetivo de analisar a história de uma pequena cidade do interior do Ceará, localizada a aproximadamente 50 km da capital Fortaleza, Redenção; a mesma possui aproximadamente 26 450 (vinte e seis mil quatrocentos e cinqüenta) habitantes, e seu nome se deve ao fato de ser a primeira cidade a libertar os escravos. Objetivamos investigar as medidas pelas quais são tomados os meios de preservação dos bens patrimoniais que fazem parte do seu processo histórico, de modo a verificarmos como essa preservação dialoga com sua população.

Para falarmos do processo histórico, primeiramente, temos que falar um pouco do período de colonização do Brasil: a escravidão no Brasil iniciou-se no começo do século XVI, com uma estrutura social e econômica colonialista, tendo os ameríndios nativos como primeira força de trabalho. Entretanto, dois fatos mudaram a visão dos colonizadores em relação à escravização do ameríndio: a resistência da maioria dos mesmos para o trabalho pesado e a “proteção” dos jesuítas a fim de alfabetizá-los. Com isso os colonizadores europeus recorreram ao comércio de escravos africanos para manter a economia de monocultura da colônia, cerca de 04 milhões de africanos escravizados foram trazidos para a colônia portuguesa como força de trabalho. Boris Fausto (1996, p 28 e 29) diz ainda que devido as péssimas condições de alimentação e a má instalação nas senzalas, os escravos ofereciam resistência ao trabalho e revoltas. Devido às resistências e as doenças apresentadas no corpo que os impediam de trabalhar, eram-lhes aplicados castigos, como por exemplo, os açoites no tronco e a marcação por ferro, que por vezes eram realizados em público para que servissem de exemplo aos demais escravos (neste caso os africanos). Ademais, outra atividade como a compra e venda de escravos também era realizada em espaços públicos.

O Ceará foi a primeira província do Brasil a aderir à abolição da escravatura. Motivados pelos movimentos abolicionistas, os donos de escravos da cidade chamada na época de Villa de Acarape (atual Redenção) tomam uma decisão a qual fez a cidade adquirir pioneirismo histórico: a libertação dos escravos. É esse o ponto de partida para o qual o presente trabalho toma seu rumo, debruçando-se sobre como os bens materiais

e imateriais ligados a esse evento são reconhecidos atualmente tanto no quesito poder público quanto no que diz respeito à visão da população.

A cidade de Redenção-Ceará toma destaque por ser considerada a primeira cidade a libertar cerca de 300 escravos em 1º de janeiro de 1883, antecipando-se com relação ao processo de a abolição no Estado do Ceará cerca de um ano e cinco meses. Lembrando que a Lei Áurea se deu apenas em 13 de maio de 1888. A antecipação da abolição da escravatura se deu através de grupos abolicionistas, tendo como líderes as burguesias emergentes. Levando em consideração o contexto histórico estabelecido pelo município de Redenção-CE, cabe ressaltar como estão sendo preservados os espaços públicos que por vezes foram cenários que caracterizavam a exploração do trabalho escravo, espaços esses que podem ter se tornado símbolo de resistência e luta do negro escravo. Para Monteiro (2012, p. 356 e 357),

O Estado Democrático hodierno não se desobriga de garantir, a todo custo, a igualdade de oportunidade e de tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização raciais, minimizando, assim, o abismo racial existente no Brasil, em busca do elmo constitucional que é a liberdade.

Assim, visualizamos que as políticas públicas voltadas para a preservação da memória histórica, no que se refere ao pioneirismo histórico da abolição da escravatura no município de Redenção-CE, vem a ser uma tentativa de garantir a redução deste “abismo racial” e manter viva a história da cidade. Mantendo viva essa história municipal que caracteriza essa luta pela igualdade e a diminuição do abismo racial no período abolicionista, pode ser trazida no presente na medida a qual as políticas públicas voltadas à preservação, devem manter viva a memória sobre o que significou esse processo de liberdade da discriminação racial e nas formas de como a mesma é refletida hoje.

A motivação para a realização da pesquisa foi a preocupação com a consciência histórica da sociedade redencionista, na medida em que seja criada uma consciência voltada a uma ótica igualitária; que em meio a população seja criada uma visão sobre os prejuízos herdados da escravidão, na forma em que se crie uma identidade municipal voltada para fins de reflexão crítica e que coloque em xeque a herança segregacionista que a colonização deixou não apenas em Redenção mais em todos os países colonizados. Para norteá-la foi levantando os seguintes questionamentos: Se a cidade de Redenção/CE, Brasil, recebeu o “título” de cidade pioneira a abolir a escravidão e com isso carrega uma memória histórica, o que o poder público tem feito para construir e

preservar essa memória como um todo? E de que forma tem contribuído para a formação da consciência histórica social desse processo?

O conceito de *preservação*, utilizando obras de alguns autores, visa uma definição de como vem sendo utilizado meios políticos na identificação de artefatos e monumentos que constituem a memória do município. Patrimônio que, nas palavras de Carla Moreira (2006 p. 128), surge como modo de reportar a uma herança, um legado que era recebido dos nossos antepassados, e que deveria ser transmitido às gerações futuras. Seguindo nessa linha de pensamento seria necessário por meio o poder público como também da sociedade uma conscientização sobre guardar para futuras gerações tanto os bens patrimoniais como ressaltar uma crítica social sobre os danos causados pelo processo de escravização, na forma que esse lado doloroso da história também fosse relacionado na escrita histórica municipal.

A comunidade acadêmica deve buscar a construção de uma perspectiva crítica e social não só para os seus discentes e docentes, mas deve abranger o conhecimento e o senso crítico para com a sociedade. É muito importante orientar, tendo como objetivo despertar na sociedade uma postura crítica frente ao processo histórico que a cidade de Redenção/CE viveu, pois, os assuntos relacionados aos problemas étnico/raciais são de cunho global e a disseminação do conhecimento e a participação de todos são de essencial importância.

Também se faz necessário buscar políticas dentro do município voltadas para a concretização de uma *identidade* formada realmente pela memória da cidade de forma que a própria comunidade possa avaliar as marcas pela qual foi fundada a cidade e as marcas trazidas desde a época da escravização. Dentro da cidade existem construções que ajudam na construção dessa memória e que merece ser vistos enquanto bens na medida em que a preservação dos mesmos é uma necessidade para a cultura local; o que complementa o presente trabalho é analisar como esses meios de reconhecimento, essa preservação e essa construção da identidade (se de fato ocorre na cidade) refletem em meio á população como um fato social e abrem caminhos para se pensar na criação de uma *educação patrimonial*.

## **OBJETIVOS**

### **GERAL**

- Analisar o papel de ações políticas voltadas para preservação do patrimônio histórico da cidade de Redenção-CE, observando como as mesmas contribuem para a construção de sua memória e identidade.

### **ESPECÍFICOS**

- Compreender como se dá a valorização do acervo histórico, como também dos bens patrimoniais materiais por parte da gestão de política pública da cidade.
- Identificar a existência de políticas públicas para a preservação do patrimônio histórico de Redenção-CE.
- Identificar ações políticas voltadas para construção de uma memória da cidade junto à população de forma a despertar na mesma uma identificação com a história da cidade.

## PROBLEMATIZAÇÕES

Os processos históricos ocorridos no tempo passado, sejam eles em um âmbito nacional sejam eles de menor expressão em um âmbito municipal, faz com que surja uma memória histórica a ser repassada para as gerações futuras daquele lugar. Os fatos históricos ocorridos dentro de uma sociedade criam uma identificação entre população e cidade - no caso de pequenos municípios. O presente trabalho tem como proposta analisar o processo histórico da cidade de Redenção/CE, tendo como ponto de partida seu pioneirismo da abolição (o fato de ser a primeira cidade do país a libertar os escravos).

Pretende-se analisar os impactos trazidos para sociedade local não apenas como traços de uma história distante, mas entendendo qual a relevância que o aludido pioneirismo histórico da abolição traz para a população; quais os valores ou se for o caso os descasos por meio de ações públicas? Todo movimento histórico produz traços importantes para o presente da sociedade, e, nesse caso de Redenção-CE, procuramos saber como repercutiu em propostas voltadas para os meios de preservação de bens patrimoniais tanto materiais como imateriais.

O trabalho se propõe a analisar como esse fato histórico tem sua representatividade em meio á população, identificando como o poder público municipal faz essa relação entre patrimônio, memória histórica e também entre os meios de preservação com os quais busca delimitar não apenas os patrimônios materiais, mas também a preservação os bens imateriais que constituem o acervo histórico da cidade. Quais os bens identificados como patrimônio histórico? Como o poder público tem utilizado esse patrimônio de forma a construir uma identidade local?

O trabalho dá ênfase maior ao processo histórico de libertação dos escravos e como o poder público constrói e reconhece essa memória histórica da cidade, por meio de ações que buscam transmitir para a população a importância histórica de certos fatos de forma que estes narrem trajetória histórica do município. Existe um reconhecimento popular sobre a memória histórica da cidade? De que maneira os usos do patrimônio histórico local, os quais embasados em eventos de notável repercussão, tem contribuído

para o debate em torno da discriminação racial e tantos outros meios de inferiorizar e estigmatizar a população negra?

Dentro de uma visão a qual o poder público ajudou a criar uma narrativa histórica que glorifica a história de Redenção-CE, levantamos a questão de como o mesmo desenvolve ações para que a população reflita sobre o que aconteceu na cidade para que houvesse a abolição “precoce”. Em termos de preservação de bens, como temas centrais, como a questão racial e a discriminação tem sido discutidos? Há por meio do poder público municipal uma tentativa de transmitir para a população uma crítica social que faça relação entre passado e presente quando tratado de diferença racial e as formas de preconceito existentes?

Segundo Carla Moreira (2006, p. 128), a idéia de patrimônio é proveniente do latim “patrimoniu”, como sinônimo de herança paterna, bens de família, bens necessários para ordenar um eclesiástico, dote dos ordinandos, propriedade. O conceito de patrimônio surge desta forma, como modo de reportar a uma herança, um legado que era recebido dos nossos antepassados, e que deveria ser transmitido às gerações futuras. Esse conceito de patrimônio define o quanto um bem patrimonial pode ser importante dentro de uma sociedade já que para chegar a gerações futuras é necessário que se preserve, e cuide de características, conhecimentos, artefatos e monumentos que compõem um patrimônio em um contexto de determinado lugar.

Com relação à memória da cidade como meio de formação de sua identidade, visamos igualmente buscar os pontos voltados para ações que possam fazer com que a história passe a ser vista como algo presente junto à população. Nosso objetivo é enxergar como memória histórica pode interagir com os dias atuais e dar conta de situações recorrentes ligadas á questões raciais. Paulo Tomaz (2010, p, 01 e 02), em termos de memória como uma forma de construção de uma identidade, afirma que existem lugares de memória que assumem importante significado por fazerem parte da memória coletiva de determinado grupo, a memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar, do espaço que traz a lume a história de todos. Trazendo para nossa análise dentro da cidade, os lugares trazem uma memória coletiva sobre o processo escravista criando um sentimento coletivo identificado com a terra no contexto local.

Ainda sobre essa memória municipal ou a tentativa de se criar uma identidade, Paulo Tomaz (2010, p. 2) diz que *a memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram*. Nessa perspectiva mostra o quanto é importante para a construção de uma identidade a preservação de artefatos e edificações as quais podem repassar para gerações futuras situações vivenciadas e testemunhadas por aquela sociedade. No caso de alguns bens tombados dentro da cidade de Redenção-CE, cita ainda Paulo Tomaz (2010 p. 2), que a memória comum a um grupo, entendida como memória coletiva, contribui para “manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade”.

Denota-se, dentro do município, certo descaso com relação aos bens existentes e que são subsídios para narrar sua história. Bens históricos que fazem ou em alguns casos faziam parte do memorial histórico como bens patrimoniais. Gestões passadas efetuaram reformas que descaracterizaram alguns bens tombados como patrimônio material histórico da cidade, de forma que questionamos sobre os impactos que esse descaso trouxe para a sociedade local. Como a população se relaciona com os bens locais? No sentido de *cultura histórica*, o que a mesma entende por patrimônio histórico e preservação? Questões essas que podem nos ajudar a perceber a relação entre sujeitos e objetos no tocante a construção de uma crítica social.

Em virtude dos pontos citados acima o trabalho vem analisar como é repassado ou transmitido a população a memória da cidade de maneira que possamos investigar qual a importância da preservação de seus bens patrimoniais. Como cita Carla Moreira (2006, p. 126) “o conceito de patrimônio surge, desta forma, como modo de reportar a uma herança, um legado que era recebido dos nossos antepassados, e que deveria ser transmitido às gerações futuras”.

De acordo com Carla Moreira o patrimônio é tido como herança na forma que venha a transmitir a gerações futuras um legado, algo deixado de forma que possa ser reconhecido como algo que ali esteve e faz parte da memória e da construção de uma *identidade*. A herança cultural contribui para certa estabilidade, permanência e continuidade dos pertencentes culturais que, ao mesmo tempo, permitem estabelecer uma simbologia entre o passado, o presente e o futuro, promovem um sentimento de pertença por parte de todos nós. É possível identificar esse sentimento de pertença na

cidade de Redenção-CE? Neste caso entendemos que as ações públicas voltadas a construir essa memória são instrumentos necessários para se estabelecer um sentimento de posse na forma que preservar a história, na tentativa que seja efetiva uma *educação patrimonial* em meio á população local.

Levando em consideração o contexto histórico do município de Redenção/CE se faz necessário ressaltar como estão sendo preservados os espaços públicos entre outros espaços que podem ter sido não apenas cenários, mas objetos de reconstrução histórica, de acontecimentos que fundaram a cidade como pioneira na abolição. Por que é importante preservar esses espaços? E o que se pode preservar?

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Todo o processo ocorrido de certa forma dentro de uma sociedade, sendo ele de grande importância histórica ou não, mas que tenha contribuído para a formação de determinado grupo social (em uma escala gigantesca, quando tratamos de uma nação ou em uma escala bem menor, até mesmo municipal), sendo acontecimentos do passado ou do presente que resultem em determinados traços de importância dentro da sociedade, podem fazer ou vir a fazer parte das características que constituem uma determinada identidade social de forma a constituir um *conjunto de bens* que vem a fazer parte do *patrimônio* de determinado lugar.

Segundo Carlos A.C. Lemos (1981, p 09 e 10) os bens patrimoniais culturais de determinado grupo social podem ser divididas em três categorias: a primeira vem a pertencer ao meio ambiente e aos recursos naturais característicos do lugar; o segundo se refere ao conhecimento e as técnicas repassadas de gerações e por fim, e mais importante, os bens patrimoniais representados por artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer. Entendemos que dentro dessa exposição de Carlos A. C. Lemos, o terceiro ponto é crucial para o desenvolvimento do presente trabalho, haja vista que o mesmo vem tratar dos bens patrimoniais de determinado grupo social. Assim, podemos refletir sobre os bens patrimoniais existentes na cidade de Redenção-CE e que são característicos de outra época, os quais também nos informam sobre alguns aspectos da história da cidade de forma a elencarmos espaços que “sediaram” acontecimentos de relevância histórica.

O patrimônio municipal ao qual se destina o trabalho vem tratar de bens e artefatos que compõem a memória da cidade sendo eles por meio de prédios, artefatos, objetos da época, canções e músicas, as quais forjam a história da cidade, de modo a notarmos a interferência dos poderes públicos na construção dessa memória social e observarmos como a mesma é apropriada pela população. De certa forma, o poder público municipal já trabalhou para a construção dessa memória, procurando transformar a história da cidade em um *ato grandioso* (não querendo tirar a importância de ser a primeira cidade a libertar os escravos), no sentido de não problematizar a desigualdade racial e social, vigentes e acentuar apenas o fato da libertação.

O período escravista possuiu uma longa duração na cidade, mas dando um sentido mais direto e pontuando um papel na construção da memória da cidade está o

ano de 1883, quando a Vila de Acarape teve seu grande marco que foi o ato de libertar todos os escravos. Os processos históricos podem ser acessados através de registros em documentos e serem analisados detalhadamente, de maneira que o papel deste trabalho ressalta tanto a importância da história da escravidão em Redenção-CE como também as formas pelas quais a mesma pôde ser registrada e preservada por intermédio do patrimônio histórico local. Julgamos igualmente necessário compreendermos como os órgãos municipais participam na construção de uma *memória histórica* da escravidão na cidade através de suas ações de preservação.

Queremos investigar o real valor de uma determinada história para determinado local e como esta pode ser transmitida por longos períodos a partir da exaltação de um lugar de origem (o pioneirismo da libertação, 1883). Sabemos que a história se trata de uma narrativa a qual pode ser obtida não apenas por registros documentais escritos, mas, por outro lado, também pode ser registrada através de objetos, monumentos, lugares, casarões antigos entre outras formas que fazem parte do patrimônio seja ele material ou imaterial de determinado local.

Bens patrimoniais também armazenam em si um papel de dialogar com o tempo e entrelaçar passado e presente, informando-nos sobre características da época em que fizeram parte. Fato ao qual fica bem claro após a leitura de Carlos A.C. Lemos (1981), onde o mesmo traz para dentro de sua obra a importância dos bens patrimoniais como também a importância de sua preservação em meio a sociedade.

De acordo com Paula Porta (2012, p. 12) constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Paula Porta usa uma citação de Mario Andrade em que este faz menção aos elementos culturais que constituem uma parte da nação, fazendo que exista essa relação entre os bens que relacionem o passado e presente na construção de uma identidade social.

Primeiramente, no tocante a Redenção-CE, pode-se conhecer um pouco mais de sua história ao visitar o *Museu Senzala Negro Liberto*, que se trata de uma instituição privada. Uma fazenda que possui os espaços característicos da época escravista já que a mesma vinha a ser uma casa grande de produtores da época, que, porém, é pouco visitada pela população do município, fato que, para o presente trabalho, desperta uma

curiosidade: como uma cidade que é pioneira na libertação dos escravos tem dentro de sua cidade um museu - que é um bem patrimonial -, mas não possui uma valorização de sua história por parte da população? O trabalho apresentará dados extraídos de visitas a instituição, e também ao museu municipal que é uma instituição de responsabilidade do poder público municipal, mas que é bem menor que *negro liberto*, detendo importante acervo para a memória da cidade.

Segundo Chagas (1996, p. 47), um museu deve atuar em três campos básicos: na investigação, na preservação e na comunicação. Outro viés é a comunicação, através de publicações, exposições, site e congressos, de maneira a justificar a preservação. Infelizmente, no Brasil, a pesquisa e investigação ficam estacionadas em um segundo plano. Os conhecimentos desenvolvidos a partir dos acervos podem ser absorvidos se investigações e comunicações forem pensadas na forma de um diálogo com os visitantes. Não basta guardar um bem histórico é necessário que haja uma transparência sobre o significado e a importância de determinado patrimônio para a história.

Para Claudio Carlan (2012 p 82) o museu é responsável pela produção do conhecimento e a convergência dos saberes científicos. Sem uma pesquisa permanente, a instituição fica subestimada a um centro de lazer e turismo. Cabe aos pesquisadores inserir os objetos, reclusos em suas reservas técnicas, como fontes históricas. Fontes essas as quais vão fazer os visitantes além de ver um ambiente de outra época compreender o que realmente se passava, já que pesquisas explicam fatos históricos. Dentro de uma percepção voltada a memória municipal seria possível enxergarmos qual a relação que a população redencionista possui com o patrimônio local, gerindo questionamentos voltados para a desigualdade racial e todas as dificuldades sofridas pelos escravizados para além da glorificação do ato pioneiro.

Segundo Paulo Cesar Tomaz (2010, p. 4), a história oficial lembra-se de preservar e cultuar apenas a memória do vencedor, produzindo documentos e construindo monumentos relacionados apenas a personalidades políticas de grande vulto cujos nomes são dados a ruas e praças, e desta forma a memória do país se torna a memória do dominador e de seus feitos. É ofício do historiador, dar voz aos vencidos, não admitindo que essa rica herança da diversidade humana seja relegada ao esquecimento e silenciada pelo poder do vencedor. Ao analisar este trecho de Paulo Cesar Tomaz, trazendo para uma escala menor é o que acontece em Redenção, a história conta o feito acontecido e cita os principais responsáveis pelo mesmo, porém deixam de

lado a opressão e o sofrimento causado pelo processo escravista e o abismo racial existente no período citado.

O patrimônio cultural e histórico dentro de uma cidade não se encontra apenas nos bens patrimoniais tombados, mas está presente também dentro da própria população e nos seus saberes sobre a memória da sociedade a que pertence. Segundo Carla Moreira (2006, p.135) O patrimônio é, portanto, uma construção social, um processo simbólico de legitimação social e cultural, baseado na seleção e ativação de determinados referentes, que permite representar uma determinada *identidade*. Como a autora expõe o patrimônio faz parte de uma identificação de um município, sendo assim visamos identificar como esse pioneirismo na história de Redenção-CE produz traços importantes para a delimitação do seu patrimônio histórico em face da sociedade.

Ainda segundo Carla Moreira (2006, p. 134) é de competência dos municípios e seus órgãos um planejamento a gestão e a realização de investimentos em centros culturais, teatros e museus, patrimônio cultural, paisagístico e urbanístico do município, assim como propor a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios nos termos legais considerados de interesse municipal e assegurar a sua manutenção e recuperação, gerir museus, edifícios e sítios classificados, e, nos termos a definir por lei, apoiar a construção e conservação de equipamentos culturais de âmbito local.

Disso observamos que algumas ações de preservação devem ser tomadas por meio de ações políticas municipais; afirmar que não existem ações referentes a essas preocupações sobre a memória da cidade seria injusto, o problema é que as ações são muito vagas e muitas vezes burladas dentro do município que deixa essa preocupação de preservar a memória municipal ainda muito de lado. Em 14 de outubro de 2014 foi criada a lei nº 1.565 nomeada lei de patrimônio a mesma diz o seguinte: “dispõe sobre a preservação do patrimônio histórico, cultural, natural e ambiental de Redenção” e tem em seu primeiro artigo o seguinte: “Art. 1º a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade de Redenção é direito de todos e dever de precípulo do município e de todos seu habitantes”. A lei citada é composta por 31 artigos que defendem a importância dos bens patrimoniais municipais da cidade desde o tombamento dos bens até as consequências em caso de descumprimento da lei. (fato muito questionado já que a mesma gestão a qual criou a lei fez uma reforma na em uma das principais praças da cidade *a praça da liberdade*, retirando dela traços da sociedade que a criou). Pensamos que seria interessante uma leitura mais apurada desse

documento, procurando como os conceitos de patrimônio, preservação e memória são operacionalizados no mesmo.

Carlos A.C. Lemos (1981, p. 85) cita que tombamento diz respeito a um atributo que se dar a um bem de forma que a garantia de sua perpetuação seja garantida, na forma com que tomar tem o mesmo sentido de guardar e preservar. Neste sentido, o tombamento faz com que o proprietário de determinado bem seja responsável pela sua preservação desde que o mesmo seja reconhecido como um bem de importância social, por meio do poder público.

No presente trabalho analisamos os conceitos de *preservação*, *patrimônio*, e *memória* tendo em vista o fato histórico do pioneirismo da abolição e a relação entre sociedade e poder público no tocante a reelaborar a memória da cidade.

## **METODOLOGIA**

O processo metodológico a ser utilizado neste trabalho para atingir os objetivos propostos será, quanto a forma de abordagem do problema, tanto quantitativo analisando documentos e dados já coletados, quanto qualitativo, dessa forma mista. Segundo Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma (2005, p. 70) usando uma citação de Minayo, as pesquisas qualitativas na Sociologia trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa (MINAYO, 1996).

Desta forma, o trabalho busca abordar a educação patrimonial a partir de métodos qualitativos: análise das expectativas e visões de mundo dos sujeitos através de entrevistas a gestores que competem os deveres de poder público. Neste caso os que fazem (ou fizeram) parte das secretarias de cultura da cidade. Também pretendemos alcançar a população local, no intuito de analisar como a mesma enxerga os fatos que acontecem em relação ao descaso das repartições públicas e os direitos de preservação e construção da memória histórica da cidade.

Para fundamentarmos melhor o trabalho partimos de uma extensa revisão bibliográfica, além de usar sites e estudar artigos que se articulam com o tema, permitindo um embasamento teórico satisfatório. Partimos da análise de alguns textos (Porta, Moreira, Lemos, Carlan) para a construção do tema, como também dos objetivos e das problemáticas iniciais. Assim se fez a análise de um conjunto de autores para coletarmos informações relacionadas aos usos de conceitos centrais, como patrimônio e memória.

A entrevista aberta ou questionários podem nos ajudar a enxergar como as pessoas narram o processo histórico que ocorreu em Redenção-CE, observando como o poder público interfere nessa produção da história, glorificando-a. Através de documentos da Secretaria podemos também coletar dados sobre os meios de preservação e construção da memória local. Outra forma de pesquisa que complementar o projeto seria a realização de entrevistas em grupos focais que, além de coletar dados para a pesquisa, traria um enfoque sobre o tema e logo iria surgindo uma discussão que poderia suscitar em meio alguns membros da população uma

percepção crítica a respeito do que se passou (conflitos, dominação, lutas) dentro da história da cidade.

Acreditamos que será preciso igualmente uma observação e/ou uma visitação em campo. Segundo Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma (2005, p. 71), a observação é uma forma de coleta de dados que visa conseguir informações sob determinados aspectos da realidade. Ela ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”. Desta forma será feita visitas a museus públicos e privados, confeccionaremos álbuns sobre acervos existentes nos mesmos. Entendemos que a fotografia passa a ser documento que recortar certos traços ou acontecimentos em determinados locais da cidade de forma que narram um pouco da história local.

Outra medida utilizada será a leitura da Lei Municipal a respeito da preservação Lei elabora em 2014 que é composta por 34 artigos que formulam a lei e tem o dever de manter preservados os bens patrimoniais tombados no município. Faremos uma análise dos conceitos de preservação, patrimônio e tombamento na forma pela qual aparecem nesse documento. Mais especificamente buscamos, nos documentos públicos, os pontos sobre a presença dessa política de preservação e maneira como é efetivada a lei em casos de descumprimento da mesma.

Também é necessário fazer um balanceamento de como a população frequenta as instituições que possuem grande parte do acervo histórico municipal, no caso os museus; visitas a esses prédios e construções que fazem parte da memória da cidade e trazem alguns traços da época serão acompanhadas de coleta de fotografias, entrevistas e experiências de pessoas de preferência munícipes que estejam fazendo visitas.

## REFERÊNCIAS

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Santa Catarina, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, 2005.

CARLAN, Claudio Umpierre. **Os Museus e o Patrimônio Histórico: uma relação complexa.** HISTÓRIA, São Paulo, 2008.

ESTADO DO CEARÁ, PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO SECRETARIA DA ADIMINISTRAÇÃO, **Lei nº 1.565, de 24 de outubro de 2014**, disponível em: [https://www.camararedencao.ce.gov.br/arquivos/251/Leis\\_1565\\_2014.pdf](https://www.camararedencao.ce.gov.br/arquivos/251/Leis_1565_2014.pdf).

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo:Edusp, 1996.

GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**, comemorativa do 1º centenário da extinção da escravatura, 1984.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** SP: brasiliense, 1981.

MOREIRA, Carla. **O entendimento do Patrimônio no contexto local.** OPPIDUM número 1, 2006.

MOMTEIRO, Patrícia F. Cavalieri, **Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea**, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/37475549-Discussao-acerca-da-eficacia-da-leiaurea.html>.

PORTA, Paula. **Política De Preservação Do Patrimônio Cultural No Brasil Diretrizes, Linhas De Ação E Resultados (2000 – 2010).** Iphan, Ministério da Cultura, 2012.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil.** Uberlândia, Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, 2010. Disponível em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)